

O PERIGO VERMELHO: MANIFESTAÇÕES POPULARES EM RIO GRANDE (1952)

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

No ano de 1952, protestos populares originados pelo aumento do preço da carne e demais artigos de primeira necessidade desencadearam graves manifestações de rua na cidade do Rio Grande. Através da análise dos relatos da imprensa e do silêncio da maioria dos participantes desse episódio, fica evidenciado que muito ainda poderia ser escrito sobre este tema.

PALAVRAS-CHAVE: manifestações populares; perigo vermelho; cidade do Rio Grande.

O CONTEXTO

Conflito entre representantes do poder público e a classe operária fez parte das relações entre capital e trabalho desde o final do século XIX na cidade que se industrializou a partir da década de 1870. O capitalismo industrial em Rio Grande não esteve dissociado dos enfrentamentos sistemáticos dos diferenciados e múltiplos projetos burguês e operário. As influências socialista, anarco-sindicalista ou comunista das primeiras décadas do século XX buscaram manter acesa essa chama de confronto e superação do *status quo* burguês. Greves operárias, passeatas, confrontos com a polícia e organização sindical fizeram parte da formação sociológica da cidade e se manifestaram com maior gravidade em certas conjunturas, como na grande greve de 1917 e no *massacre da Linha do Parque* (1950)¹.

¹ Linha do Parque refere-se à linha de bondes cujos trilhos ocupavam o canteiro central da Avenida Presidente Vargas, em direção a um terreno arborizado com eucaliptos, próximo ao pântano da cidade e junto à margem do Saco da Mangueira. Esse local era denominado jocosamente *Cassino dos pobres*, numa referência à praia do Cassino. O conflito ocorreu no dia 1º de maio de 1950, quando da comemoração do Dia do Trabalhador. Um grande número daqueles que participaram das atividades comemorativas deslocaram-se em passeata pela Presidente Vargas com o intuito de reabrir a Sociedade União Operária, fechada por ordem policial por suspeita de ser uma organização comunista. A multidão, nas proximidades das atuais capelas mortuárias do Cemitério Católico, entrou em conflito

Em relação ao movimento de 1º de maio de 1950, o episódio chamado “conflito ou massacre da Linha do Parque”, o viés literário voltou-se a este referencial do imaginário da mobilização popular na cidade do Rio Grande em pelo menos duas oportunidades: no livro de Dalcídio Jurandir *Linha do Parque*² e no poema de Lila Ripoll *Primeiro de Maio*³. Além do primeiro de maio já ser uma data representativa dos trabalhadores, essa ocorrência dramatizou no Rio Grande a data voltada a festejos e reivindicações. O que provocou o confronto entre as autoridades policiais e os manifestantes nesse “Primeiro de Maio

com uma força policial que abriu fogo contra a multidão. O resultado foi quatro mortos e vários feridos, inclusive foi morta a militante operária e tecelã Angelina Gonçalves e sofreu graves ferimentos o vereador Antônio Rechia que o deixaram parapléxico. É um episódio que constitui parte do imaginário rio-grandino nas suas diversificadas versões dos acontecimentos. Reflete também a capacidade da mobilização operária na cidade que possuía uma tradição de militância. Harrison Fernandes, militante operário ligado à militância partidária no PCB, que trabalhava no cais carregando cargas em carro de mão, estava na passeata que pretendia ir até a Sociedade União Operária (fundada em 1893 com orientação socialista e localizada na esquina das ruas Zalony e Dr. Nascimento) e relatou a seguinte versão dos acontecimentos: “Nós vínhamos no meio com as faixas... tinham mais faixas lá para trás... aí a gente percebeu... a gente sentiu que lá na frente começou a empilhar... quando eles atacaram... não deixaram nós passar (...) era um jipe, com um delegado, um capitão da Brigada ... e uns três ou quatro soldados (...) o delegado começou a discutir com o Rechia, que queria passar e ele não deixava (...) Aí é que está o problema agora... eu não vi... mas na hora correu o boato forte, que o Aveline estivador..., não o Carlos Aveline... Aveline Martins... deu um soco na boca do Delegado... por cima do ombro do Rechia, aí... apertaram um gatilho. Quando começou a empilhar... aqui assim (pessoas jogavam-se ao chão) eu larguei a faixa e corremos lá para a frente... para ver o que era... quando vinha chegando começou o tiroteio”. Informações e entrevista obtidas por CHAVES, Murilo de Bem. *Apreensões e diversidade: um estudo das múltiplas construções ideológicas e seus reflexos em Rio Grande nas décadas de 50 e 60*. Rio Grande, 2002. Monografia [Bacharelado em História] – FURG. p. 24-25.

² JURANDIR, Dalcídio. *Linha do Parque*. Editora Itambé, s.d. Segundo o autor, no confronto de 1950 seis manifestantes e dois policiais morreram; foram “os corpos dos operários levados por um grande número de trabalhadores. E um canto subiu sobre a desolação e o sofrimento, canto de ira e amor que os jovens, as mulheres, os operários, cantavam: a Internacional”. p. 533.

³ RIPOLL, Lila. Primeiro de Maio. In: *Ilha Difícil*: antologia poética. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1987, p. 113-122. A dramatização dos acontecimentos históricos e dos atores envolvidos foi poeticamente construída pela autora: “Amigos, a rua é larga. Unidos, vamos partir. A nossa União Operária nós hoje vamos abrir. No peito de cada homem um clarão aparecia. Em qualquer parte do mundo, uma estrela respondia. ‘A casa de nossa classe, fechada, por que razão? Amigos, vamos à rua, e as portas se abrirão’. A onda humana agitou-se, cresceu em intensidade, Em coro as vozes subiram clamando por liberdade. ‘À rua, à rua, sem medo, unidos, vamos marchar’. Foi como se uma rajada de vento encrespasse o mar”.

Sangrento”⁴ foi a tentativa de reabertura da Sociedade União Operária que fora fechada pela justiça e historicamente representava um centro de resistência do operariado local.

Quando da eclosão dos graves acontecimentos dos meses de julho e agosto de 1952, com a mobilização de populares inicialmente revoltados contra o aumento da carne e de gêneros alimentícios e dirigidos por membros do clandestino Partido Comunista Brasileiro, a divulgação do *perigo vermelho* que supostamente rondaria a sociedade local e brasileira e poderia trazer um acentuado risco às instituições nacionais, colocou Rio Grande em manchete nacional nas páginas da revista *O Cruzeiro*. Os acontecimentos foram também relatados em dois jornais rio-grandinos, *O Tempo* e *Rio Grande*, sendo parte do imaginário da geração que vivenciou esses eventos.

O período da democracia populista no Brasil e no Rio Grande do Sul foi marcado pelo conflito entre as tendências do nacionalismo desenvolvimentista e do capitalismo associado enquanto referenciais a serem seguidos no Brasil. A tendência socialista que questionou e propôs a superação das continuidades ou alternativas ao capitalismo constituiu uma ameaça às instituições e à ordem estabelecida.

Este artigo busca um primeiro resgate de algumas fontes relativas a esses episódios ocorridos no ano de 1952, voltando-se a organizar um mapeamento para posteriores pesquisas⁵. Para isso, parte do relato de dois jornais, *O Tempo* e *Rio Grande*, ambos da cidade do Rio Grande, que noticiaram os acontecimentos sob perspectivas comprometidas com um determinado referencial que o estudo buscou desvelar. Além da sincronia dos episódios, das posições ideológicas dos jornais, a pesquisa voltou-se a destacar a necessidade premente de realização de entrevistas entre os participantes do episódio a partir de uma metodologia ligada à história oral. A riqueza da fonte oral pode ser constatada nos relatos autobiográficos de Athaydes Rodrigues e de Harrison Fernandes.

CARESTIA E REIVINDICAÇÃO

Em 1952, o aumento do custo de vida foi acentuado em alimentos básicos da população como leite, pão e carne verde, resultando em protestos e manifestações do operariado da cidade do Rio Grande.

⁴ Conforme manchete do jornal *Rio Grande* (02 maio 1950, p. 2). O tiroteio, segundo o periódico, foi causado pela violência dos manifestantes desacatando as ordens das autoridades constituídas.

⁵ TORRES, Luiz Henrique. O perigo vermelho. *Jornal Agora* (encarte cultural O Peixeiro). Rio Grande, ago. 2000, p. 3.

No dia 26 de julho de 1952, um numeroso grupo de trabalhadores trazendo à frente membros do cassado Partido Comunista Brasileiro concentraram-se na Praça Tamandaré e organizaram uma passeata de protesto contra o aumento da carne, visitando a redação do jornal *O Tempo*. O diretor do periódico, Saul Porto, foi solidário com as manifestações, porém ressaltou que traçava a sua orientação dentro da política do “grande chefe nacional Dr. Getúlio Vargas”, solicitando aos manifestantes que se dispersassem dentro da ordem, disciplina e respeito às autoridades constituídas. No dia 30 de julho, uma grande massa popular percorreu as ruas da cidade, exigindo o encerramento das atividades nas fábricas, oficinas e no comércio da cidade, provocando o fechamento das lojas da rua Marechal Floriano.

Para o jornal *O Tempo* (05 ago. 1952), quando a Delegacia de Polícia, em 04 de agosto, proibiu as passeatas de protesto contra a carestia de vida, foi motivada pela atuação de elementos subversivos que se aproveitavam dessas ocasiões para fazer propaganda política e envenenar a alma do povo, atingindo dessa forma o seu verdadeiro objetivo que era manter as massas em espírito de prevenção contra o governo, portanto contra a lei, a ordem e a disciplina: “Embora não seja muito democrata a proibição, aprovamo-la dando o nosso apoio, pois é preferível evitar, do que permitir manifestações que de qualquer modo, venham perturbar a tranqüilidade pública, agora ameaçada com novas passeatas, que no seu bojo se vê o desejo dos membros do ex-partido comunista, manter aceso um movimento contra a paz e a tranqüilidade da nação”. Nesse jornal, as motivações para as manifestações estão ligadas ao preço e abastecimento de alimentos: “Se não querem que os comunistas assumam novamente a liderança do movimento ‘pró-barateamento da carne verde’, os membros dos Partidos Democratas, devem vir imediatamente para o meio do povo, conclamando este para reuniões nas sedes dos seus partidos e com eles debatendo o angustiante problema da carne verde, pois a grande verdade é que a situação que atravessamos já está provocando protestos, pois, na maioria dos açougues, muito cedo, não se encontra carne disponível para satisfazer uma parte mínima das necessidades do povo” (10 ago. 1952).

Os manifestantes se reuniram em frente à Prefeitura Municipal para realizar os protestos. Essa situação perdurou até o dia 12 de agosto, terça-feira, quando ocorreu um confronto junto à Delegacia de Polícia, resultando em mortos e feridos. A cidade sofreu a intervenção federal e passou ao comando do Exército, sendo controlada por um comandante militar.

O sangrento conflito próximo à Delegacia de Polícia, quando a Brigada Militar atirou na multidão ocasionando pelo menos quatro

mortos e vários feridos, ocorreu devido à prisão anterior de dezessete manifestantes, os quais foram levados para a Delegacia. A partir das nove horas da manhã do dia 12 de agosto, formaram-se vários grupos de populares que cercaram a Delegacia exigindo a libertação dos presos. A multidão enfurecida foi recebida com jatos de água, porém, conforme relato do *Rio Grande*, a massa humana, obstinada em seus objetivos, não retrocedeu um passo. “Foi aí, vendo a inutilidade dos tiros para o ar, tendo sido atingido já o ajudante do médico legista, os brigadianos se viram na contingência de atirar contra os manifestantes, iniciando o terrível tiroteio, trazendo, em consequência o enlutamento da família rio-grandina. Não obstante a morte instantânea de dois trabalhadores, os gemidos dos que caíam contorcidos de dor, os gritos de mulheres que desmaiavam de susto, a multidão não se afastou de sua posição até a chegada das forças do Exército que assumiram o controle militar da cidade” (13 ago. 1952).

Outra versão dos acontecimentos afirma que seriam 3.000 manifestantes que exigiam a libertação dos presos, em especial Athaydes Rodrigues, Alfredo Cassahy e Aveline. Esses manifestantes chegaram próximo ao portão do pátio da delegacia, quando os policiais atiraram, matando os trabalhadores Jadir Félix dos Santos, portuário; Antonio Funchal, do Serviço Rio-Grandino de Transportes, e Edilio Rodrigues, que faleceu horas mais tarde. Feriram gravemente Ramon dos Santos, ferroviário; Antonio Turnio; Ramão Robalo; Carlos Mario Oliveira e Silva; Ernesto Eston; Ernesto Daiman Escomba, e Roberto Dau, estudante que também veio a falecer.⁶

ENFRENTAMENTO E CENÁRIO MELANCÓLICO

O jornal *Rio Grande*, no dia 13 de agosto, fez o seguinte relato do conflito ocorrido nas imediações da Delegacia de Polícia: “Após essa série de acontecimentos funestos, tão prejudiciais para o desenvolvimento já não muito harmônico do Rio Grande, a cidade sofreu nova paralisação nos seus serviços de transporte acompanhada do fechamento total dos estabelecimentos comerciais, ganhando aos poucos um aspecto triste, uma fisionomia bastante desagradável, própria dos momentos de terror e pânico. Grande massa popular se concentrou nas imediações da Delegacia de Polícia, protestando pela

⁶ RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Secretaria de Segurança Pública In: SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: apontamentos iniciais (Rio Grande 1949, 1950 e 1952). *História em Revista*. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, 2008, p. 130-131.

prisão dos líderes do movimento, atestando faixas e clamando pela baixa dos gêneros e pela libertação de seus dezessete companheiros”. As forças do Exército, formando cordão de isolamento nas embocaduras da rua Barão de Cotegipe com Marquês de Caxias e General Neto, impediram que o povo se aproximasse do edifício onde se acha instalada a Delegacia. A todo momento chegavam forças da Brigada Militar e da Polícia de Choque de Porto Alegre que vieram de avião especial, e ainda os reforços do próprio Exército, no sentido de evitar “perturbação da ordem e mais derramamento de sangue, não houve nenhuma alteração a registrar até ao anoitecer, quando o Coronel Brandão, Comandante da Guarnição, por intermédio de um emissário, entrou em contato com os dirigentes da manifestação de protesto, aconselhando-os a voltarem para os seus lares, pois os prisioneiros não se encontravam naquele local, pois tinham sido transportados para a capital do Estado. Dispersos os componentes da concentração, a cidade aos poucos foi se tornando mais deserta, sobressaindo então as patrulhas encarregadas da vigilância e da manutenção da ordem”.

Constata-se, nesses acontecimentos, a capacidade de mobilização que exercia o movimento operário na cidade do Rio Grande. A dura repressão aos participantes, com a necessidade de realizar uma intervenção militar federal, e a fidelidade dos manifestantes aos companheiros presos, atesta a gravidade dos confrontos e o caráter mobilizador junto ao operariado. Nesse período, divulgou-se em âmbito nacional que Rio Grande havia passado ao controle dos comunistas, consolidando o imaginário ligado à *cidade vermelha*, devido à participação sindical e partidária socialista e comunista na vida política local. O poder de mobilização do operariado pode ser sentido no caso do jornal *O Tempo*, que declarou que seu parque gráfico foi quase paralisado no auge dos acontecimentos, pois seus funcionários “aderiram ao movimento em curso”. O jornal *O Tempo* foi um veículo de defesa da política de Getúlio Vargas, buscando a manutenção da ordem instituída contra a atuação comunista/socialista, que, segundo o periódico, seria desmobilizadora de sentimentos nacionais e patrióticos. O jornal publicou matéria voltada a tranquilizar a população após os graves incidentes, retomando um discurso em que afirmava voltar-se aos interesses populares: “Confie o povo na ação do governo do Município e tenha certeza de que *O Tempo* estará sempre alerta e ao lado do povo e de todos quantos estiverem dispostos a trabalhar em favor das suas aspirações” (19 ago. 1952).

O jornal *Rio Grande*, apesar de buscar um jornalismo mais informativo do que opinativo, também apresentou um cunho de respeito à política populista do II Governo Vargas no que se refere,

especialmente, à dimensão conservar-melhorando, voltando-se à intransigente defesa da manutenção da ordem pública e da necessidade em combater a atuação comunista relacionada ao *perigo vermelho*.

O jornal *Rio Grande* ressaltou que no dia 12 de agosto ocorreu o trágico episódio que encerrou as manifestações que há muito vinham se verificando na cidade, concernente ao barateamento dos gêneros de primeira necessidade que foi frustrado com o recente aumento do preço da carne. “A cidade amanheceu ontem com aspecto de que tudo estava se encaminhando para uma normalização gradativa, tendo o comércio aberto suas portas e o movimento das ruas recuperando um pouco de seu ritmo costumeiro. Apenas as fábricas se encontravam paralisadas. No entanto, mais ou menos às 9 horas, foram se formando vários grupos de populares em greve, insatisfeitos com a prisão dos líderes do movimento paredista. Bastante consideráveis em número dirigiram-se para a Delegacia de Polícia com o intuito de libertarem os companheiros aprisionados” (*Rio Grande*, 13 ago. 1952).

Apesar dessa “normalidade”, o jornal relata que o “sangue estava na rua”, pois na parte fronteira à Delegacia, vinte e quatro horas depois do conflito, ainda se notavam grandes manchas de sangue “daqueles que tombaram no funesto tiroteio”. A casa n.º 405, também fronteira à DP, apresentava em sua parede vestígios de luta. Pedacos de calça caíram da parede nos pontos onde se alojaram as balas. Conforme o jornal, na tentativa de abortar o movimento, as demonstrações que se “anunciavam para ontem, o sr. subchefe de Polícia, que se encontrava entre nós ordenou a prisão dos líderes do movimento, o que foi feito imediatamente. Ontem pela tarde os presos foram remetidos para a capital do Estado, sob guarda de poderosa escolta. São os seguintes: Antônio Rodrigues, Sebastião Amaral, Estalislau Rodrigues, (Clodomiro) Farias, João Caldeira, José Rui Colto, Alfredo Casahy, João Baltazar de Couto, Arlindo Campelo, Manuel Rechia, Dorvalino Mendes, Dezidério Pinheiro, Alexandre Chicoski, Terulano Rodrigues, Tenente Athaydes Rodrigues, Dr. Carlos de Lima, Antônio Teixeira e Silva e outros infratores, que serão responsabilizados na forma da lei” (*Rio Grande*, 13 ago. 1952).

HISTÓRIAS A SEREM ESCRITAS

Um dos presos deste episódio, Athaydes Rodrigues,⁷ ao descrever o conflito de 1952 em seu livro autobiográfico, relembra o comício no qual Getúlio Vargas prometera que o preço de um quilo de carne baixaria de 6 para 4 cruzeiros e, após sua eleição, não só a carne subira para 10 cruzeiros como também outros gêneros alimentícios. Conforme ele, o povo, que já estava passando fome devido à ganância dos especuladores, como sinal de protesto entrou numa greve pacífica contra a carestia de vida. Sendo o único vereador que estava com os grevistas (a favor deles), “fui eleito, por aclamação, para presidir a comissão de entendimento com as autoridades”.⁸

Segundo Rodrigues, a greve era de todo o povo. Todas as fábricas foram fechadas. O comércio não funcionou e o povo desfilou, pacificamente, pelas ruas. Não havia discriminação político-partidária, arruaças ou quebra-quebras. Já havia um princípio de entendimento quando “um senhor, representante da Cia. Swift (...) pediu ao governador do Estado a prisão dos líderes da greve (...) vieram forças militares de Pelotas e Porto Alegre (...). Ao amanhecer do dia seguinte (...) foram presos todos aqueles sentenciados como líderes da greve pelos policiais. Após minha prisão e de outros, o povo concentrou-se na frente da Delegacia de Polícia, solicitando a liberação dos presos. Talvez, por ser o mais fácil, era por meu nome que o povo gritava. Mas tudo era feito pacificamente. Não havia quem jogasse pedra ou tentasse invadir a delegacia. Ademais estavam todos desarmados. Então, não sei se por ordem do tal representante do Governo do Estado ou por simples medo, foi feito fogo contra os pacíficos rio-grandinos grevistas”⁹.

O resultado do confronto, segundo o capitão Athaydes Rodrigues, foi o assassinato de pessoas “desarmadas e desprevenidas”. Morreram os operários Jadir dos Santos, Idílio Rodrigues, Antônio Funchal e o estudante Roberto Dau. Houve vários feridos e cerca de vinte presos. Poucos dias depois a maioria foi colocada em liberdade com exceção do Capitão Athaydes, Alfredo Cassahy e Carlos Aveline. Mais dois meses de prisão e foram libertados, entretanto submetidos a processos que pretendiam provar que eram comunistas, agitadores e responsáveis

⁷ Athaydes Rodrigues foi capitão da Brigada Militar. Sofreu perseguições políticas na década de 1930, em especial no Estado Novo. Teve participação ativa no movimento de 1952 e na vida pública da cidade do Rio Grande, onde foi vereador. De orientação nacionalista, foi preso quando do Golpe de 1964, sob acusação de ser *comunista*. Deixou um livro em que relatou a sua trajetória política e onde realizou duras críticas ao Movimento de 1964 e à participação do imperialismo norte-americano na forma do cartismo.

⁸ RODRIGUES, Athaydes. *Agora eu...: a Revolução de 1964 em Rio Grande*. Porto Alegre: Pallotti, 1980, p. 135-6.

⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 136.

pelas mortes dos operários e do estudante. O processo demorou muito tempo e os três foram absolvidos.

No interior de toda essa efervescência os trabalhadores estavam a organizar-se em sindicatos, que por sua vez se conectavam a partidos políticos conforme as categorias a que pertenciam. No caso de Rio Grande, as categorias mais representativas dos trabalhadores eram os portuários e os ferroviários, seguidos dos trabalhadores das indústrias têxteis e outras de menor expressão.

Os acontecimentos de 1950 não haviam sido esquecidos pelos manifestantes de 1952, nem a organização sindical direcionada à União Operária havia sido abandonada pelos militantes e trabalhadores. A divulgação nacional de que Rio Grande estava sendo controlada pelos comunistas em 1952 fundamentou a identidade de uma *cidade vermelha*, que desde o final do século XIX apresentava participação operária no âmbito sindical e militância socialista. A Prefeitura Municipal foi tomada pelos manifestantes e o prefeito foi abrigar-se na guarnição local do Exército. O comprometimento dos jornais com a interpretação oficial remete a fontes orais a possibilidade de indagar a versão difundida pela imprensa. Há alguns anos, durante uma palestra que proferi sobre a história local e os acontecimentos de 1950-52, dois senhores que vivenciaram esses movimentos questionaram a versão oficial que estava sendo apresentada e acrescentaram durante a atividade outras variáveis não apresentadas pelos jornais. Infelizmente, os dois participantes não quiseram dar entrevista sobre os acontecimentos, evidenciando que um grande mal-estar ainda persiste em relação a esses episódios. Eles fizeram parte de um dos momentos mais importantes da formação política rio-grandina e da organização e resistência dos trabalhadores locais inseridos nas conjunturas dos conflitos que ocorriam no país. Certamente, a história de 1952 foi contada de forma parcial e muitas vezes centrada nos acontecimentos enquanto “casos de polícia”. Outras versões ainda esperam para serem resgatadas e escritas. Porém, é preciso ressaltar que essa possibilidade de surgirem novas interpretações existe enquanto essas fontes silenciosas ainda estiverem vivas. Depois restará o silêncio e a imaginação.

